

EDUCAR PARA A AUTONOMIA EXISTENCIAL

Evilásio A. Ramos

1 — O EXISTENTE HUMANO

Falar de educação para a autonomia existencial obriga se comece do educando como existente. Como existente humano. O educador deve ter bem presente na consciência que o educando — criança, adolescente ou adulto — é um existente humano e não um existente qualquer. É uma existência, não na acepção idealista e abstrata, mas uma existência concreta, encarnada, agitando-se e desenvolvendo-se num bem determinado contexto sócio-cultural. Sem referência a esse contexto não pode ser adequadamente compreendida e educada. É a consciência clara e reflexiva do educando como existência mergulhada na cotidianidade real que deve orientar a ação educativa.

Como existente humano, o educando — criança e adolescente, e muitas vezes também o adulto — está em busca do sentido da própria existência. Quer descobrir quais os valores que constituem o significado da sua vida. Valores que por certo interferirão na sua vida diária, tanto no nível das idéias e pensamentos, como no das condutas reais. Quando conscientiza o significado ou valor de sua existência e se comporta de acordo com ele, sua existência é autêntica. É no nível da consciência do significado da própria existência que o educando se torna um existente propriamente humano e espiritual. É nisto que deve consistir, em essência, o processo educativo: o educando aprender a viver uma existência autêntica.

Uma existência autêntica inclui a consciência de si mesmo como um ser encarnado, incorporado, como um organismo ao mesmo tempo biológico, psicológico, sociológico e espiritual. Como uma unidade simultaneamente material e espiritual. Como um ente dotado de uma variadíssima gama de potencialidades psicobiológicas, psicossociais e espirituais. Como um vir-a-ser que, através do esforço consciente e pessoal e das interações que mantém com seu meio sócio-cultural, se torna a pessoa que é e pode ser. Não há outra

via para crianças e adolescentes se tornarem existencialmente pessoas. Nisso entra a educação como ação orientadora do processo socializador e, portanto, do desenvolvimento personalógico.

A existência assim concebida é um fluir no tempo e um estar-no-mundo. Estar-no-mundo significa que o educando, por uma necessidade intrínseca, está ligado com o resto do mundo, ao qual está condicionada sua existência. Mundo é pensado aqui no sentido concreto — realidade social, econômica, política, etc., com suas alegrias e misérias, suas vitórias e derrotas, seus valores e paixões, suas realizações e omissões, sua justiça e injustiça, suas desigualdades e contradições. É dentro desse mundo e como parte integrante do mesmo que o educando forma sua personalidade. Por isso mesmo a criança e o adolescente se educam em meio a conflitos e frustrações. Mas as dificuldades serão satisfatoriamente vencidas se nunca se apagarem no educando e no educador os sentimentos de segurança, autoconfiança e esperança. Marcel defende que a fidelidade e a esperança são atitudes fundamentais do homem (Marcel 1944). A esperança, na concepção de Marcel, apresenta-se como um meio de o homem colocar a seu serviço aquilo que o levaria ao desespero. “É a decisão permanente, interpreta Jolivet, de nunca capitular e de retomar constantemente o esforço que há-de levar, para além de todos os obstáculos, superados e vencidos, ao termo do percurso” (Jolivet 1957, pg. 367).

É dentro desse quadro conceitual e vivencial que o educando deve aprender a ser existencialmente autônomo. A autonomia existencial é condição *sine qua non* de uma existência autêntica. Tornar-se uma pessoa psicologicamente independente no seu existir concreto, cotidiano, resulta de um processo educacional que assuma a autonomia existencial como um objetivo. Vale dizer: a educação precisa colocar entre seus objetivos primários transformar nossas crianças e jovens em pessoas que, a despeito das contingências biológicas e sócio-culturais condicionadoras, saibam assumir existência independente diante do mundo e dos outros.

Hoje mais do que nunca se impõe educar para uma vida verdadeiramente livre. O homem de nossos dias tem sua liberdade bloqueada tanto pelas circunstâncias exteriores, como pelas amarras interiores. Vive uma vida bitolada pela dominação externa (familiar, social, política, econômica, etc), ostensiva ou camufladamente presente em todos os momentos da existência; ou pela dominação interna de seus complexos inibidores. Felizmente está tomando consciência dessa dominação. E, pelo menos coletivamente, está assumindo atitudes de protesto, reivindicando participação efetiva nas decisões que lhe dizem respeito, defendendo seus direitos. Deve-se convir, porém, que é legião os que ainda não vivem uma existência genuinamente autônoma, interiormente independente. São pessoas

que mesmo em situações que lhes permitem ter iniciativa, tomar decisões, fazer escolhas, expor livremente suas opiniões, não o fazem por se sentirem intimamente amarradas, bloqueadas, oprimidas. São pessoas dependentes, inibidas.

2 — SER LIVRE

No entanto, o homem é ontologicamente livre. E é cômico dessa sua condição de independência, em que pesem os condicionamentos biológicos, sócio-culturais e a opressão do meio. Cada um de nós, com efeito, não sabe as vezes que passou pela experiência de se ver diante de várias coisas ou situações com a vontade indeterminada com relação a elas. Num estado de não-decisão. Essa indeterminação às vezes pode chegar até o sofrimento. Não obstante, cada um se percebe e se sente capaz de optar por uma delas. Não só se sente capaz de optar, como de fato escolhe uma delas. Toma uma decisão. Autodetermina-se. Sente que seu eu pode decidir-se por alguma coisa, mesmo ameaçado e tolhido. Em suma, o homem tem consciência de que em muitas ocasiões a deliberação, a decisão e a execução de um ato depende inteira e exclusivamente dele. Tem consciência de que é um ser dotado de livre arbítrio.

O livre arbítrio é uma prerrogativa ontológica do ser humano. De fato, o único bem que irresistivelmente atrai a vontade humana é o Bem Absoluto. O homem não pode deixar de querê-lo. Acontece que o Bem Absoluto — exceto Deus — é uma abstração. Não tem existência real. O que de fato existe são os bens concretos e particulares. A observação porém constata que diante dos bens particulares a vontade fica indiferente, indeterminada. Só por razões especiais ela se decide por um ou por alguns deles. Ou pode até não escolher nenhum. Quando se decide ela se determina. A capacidade que o homem tem de escolher entre várias possibilidades, ou de não escolher nada, chama-se livre arbítrio ou liberdade psicológica (S. Tomás de Aquino, Suma Teológica, I-II, q. 10, a. 2; I, q. 82, a. 2; Verneaux 1969, pg. 176 — 180).

O homem, portanto, é um ser livre porque, indeterminado em face das coisas, pode, por alguma razão, autodeterminar-se por uma delas. É livre porque possui o poder de deliberação racional para escolher seus objetivos e os meios mais aptos a atingi-los. Pode escolher certos objetivos e certos meios de preferência a outros. A escolha é um ato voluntário, baseado numa deliberação racional. Isso quer dizer que o homem encerra em si o princípio de suas próprias operações, efetuadas em virtude de uma reflexão racional e um movimento da vontade. O exercício da autonomia é, por isso mesmo, um ato ao mesmo tempo racional e voluntário. Um

ato do homem como um todo. É um ato completo, ressalta Zavalloni, pelo qual a vontade se determina a si mesma, compreendendo concomitantemente o fator intelectual da deliberação e o volitivo da decisão (Zavalloni 1968, pg. 279). Convém acrescentar que no exercício da autonomia joga parte importante, além disso, a afetividade, sempre presente em todas as atividades humanas, facilitando-as ou complicando-as.

Autonomia e existência humana se confundem. Uma não pode ser compreendida sem a compreensão da outra. Passam pelas mesmas vicissitudes. Sofrem as mesmas limitações e condicionamentos. Ambas para serem defendidas exigem o mesmo heroísmo, o mesmo espírito de luta. Sciacca, comentando o pensamento de Berdiaeff, salienta: "Os homens cômicos da dignidade e da responsabilidade humanas compreendem a liberdade como aceitação de sua responsabilidade, como exigência de autodeterminação e de aperfeiçoamento, como anuência ao sofrimento em nome da superior dignidade do homem, como luta capaz de exigir o heroísmo" (Sciacca 1956, pg. 252).

3 — COMPORTAMENTO DEPENDENTE

Acontece, porém, que é muito grande o número de pessoas que se comportam sem autonomia existencial. Essas pessoas ostentam condutas dependentes.

O comportamento é a personalidade em ação. Patenteia publicamente, de uma forma ou de outra, a estrutura intrapsíquica da pessoa. Vale dizer: uma pessoa se comporta conforme sua subjetividade. Conforme sua consciência, suas experiências, cogitações, interesses, intenções, motivos, objetivos, etc. Conforme os significados que encontra ou pretende encontrar nas suas relações com o meio sócio-cultural. Na conduta a pessoa espelha, explícita ou implicitamente, seu mundo interior.

Há sempre sintonia entre os comportamentos e o mundo interior da pessoa. Com isso quero dizer que as ações externas ligam-se intrinsecamente às percepções, pensamentos, sentimentos, fantasias da pessoa que os pratica. Não estou defendendo, fique bem claro, que a origem dos comportamentos situa-se exclusivamente no interior da pessoa. Também não propugno a tese que coloca tão-somente no meio físico e sócio-cultural a gênese dos comportamentos. Os comportamentos originam-se da relação existencial que a pessoa mantém com seu meio. Dito de outra forma. As condutas tiram sua procedência do meio físico e sócio-cultural tal como este se apresenta significativo à percepção e interpretação do sujeito. O comportamento é um fenômeno global e integrado onde todos os pro-

cessos psíquicos, em maior ou menor grau, cumprindo funções diferentes, colaboram para formar a ação situada (Ver Nuttin 1983). Exageram os psicanalistas quando privilegiam as forças instintivas e inconscientes como motivos principais das condutas. Exageram os behavioristas quando polarizam a origem dos comportamentos no meio sócio-cultural.

As forças internas e externas gozam papel considerável no comportar-se humano. Mas o peso influenciador dessas forças é condicionado pelas percepções e cognições do indivíduo. Ou seja, a pessoa se comporta dessa ou daquela maneira conforme as significações que descobre na situação em que se vê inserida. "O que governa o comportamento são aquelas percepções únicas e pessoais que a pessoa tem de si mesma e do mundo em que vive, isto é, do sentido que as coisas e os fatos têm para ela" (Guenther e Combs 1980, pg. 77). É nessas relações consigo mesmo e com os outros que o sujeito apresenta, diante do mundo e dos outros, condutas independentes ou dependentes.

Dentro desse quadro, Ronco define o comportamento, do ponto de vista psicológico, como "aspecto da interação entre um organismo psicofísico e seu ambiente, bem como o conjunto das operações que o organismo realiza para conservar-se e desenvolver-se a si mesmo no seu ambiente" (Ronco 1976, pg. 24). Distingue ele três elementos ou fases essenciais do comportamento: a) — exigências do organismo psicofísico, sentidas pelo sujeito sob a forma de necessidades, tendências e aspirações — fase tendencial; b) — o conhecimento do ambiente como sendo propício ou adverso a tais exigências — fase informativa; c) — as atividades necessárias para adaptar as exigências do sujeito às oportunidades ou ameaças percebidas no ambiente — fase operativa.

O comportamento é uma maneira de o indivíduo relacionar-se com seu meio ambiente. E só pode ser compreendido tendo como dado fundamental essa relação. A relação entre sujeito e ambiente não é uma relação entre duas entidades que primeiro preexistem autonomamente e depois entram em processo relacional. A relação é uma condição ontológica da existência dos dois, de forma que esta não tem sentido fora da relação. Esta é a unidade básica tanto para a compreensão do sujeito como do ambiente. Descobrir o sentido da humana existência é descobrir o significado das relações que ela estabelece com seu meio.

Uma pessoa tem condutas independentes ou dependentes conforme suas relações existenciais com seu meio sejam autônomas ou sob dominação. A dependência se configura sob três significados: como etapa evolutiva, como afeição e como insegurança.

Como etapa evolutiva significa aquele momento da existência em que a criança, para sobreviver, precisa dos pais ou outra pes-

soa que cuidem dela. Mas progressivamente, à medida que vai amadurecendo e alargando suas experiências, deve ir aprendendo a ser autônoma. Em situações difíceis, com excessiva frequência, procura os outros para pedir ajuda. O que configura a dependência e a frequência da ajuda em virtude de a criança se julgar incapaz, porque de fato lhe faltam capacidade e destreza. É uma dependência natural, que o processo evolutivo, orientado pela educação, deve superar o mais possível. Como afeição, é quando a pessoa pede ajuda, não por falta de destreza, mas porque lhe é agradável proceder dessa maneira, gosta de receber atenção e afeto dos outros. Submete-se ao domínio velado ou declarado de outrem para em troca receber amor, amizade, consideração, etc. Como insegurança, a dependência torna a pessoa incapaz de autodireção e equilíbrio emocional. Diante de problemas comuns patenteia baixa confiança em si mesma. Encontra-se em grave dificuldade de tomar decisões por falta de aprovação, apoio e controle dos outros. Ostenta baixa capacidade de abertura mental. Fecha-se, em geral, às novas idéias, às inovações e transformações. A nova situação agrava-lhe o sentimento de insegurança. Prefere conformar-se às situações já estabelecidas. (McDavid e Harari 1980, pg. 249; De Beni 1978).

A pessoa dependente não consegue alcançar seus objetivos sem a permanente coadjuvação dos outros. Chegar a esse nível de comportamento, advertem McDavid e Harari, "representa um sistema de valor sociogênico aprendido" (McDavid e Harari 1980, pg. 249). O comportamento dependente, é o que querem dizer, tem sua origem no como a criança foi educada. No como aprendeu a valorizar o receber cuidados e o ser atendida como fim em si mesmo e não para satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. Célia Stendler é de opinião que existem dois períodos críticos que podem fixar a criança na dependência excessiva para o resto da vida. O primeiro coincide com o momento em que a criança se torna consciente da sua dependência, no fim do primeiro ano de vida. A criança descobre sua condição de dependência e começa a exigir mais atenção da mãe. Se não for atendida nas suas exigências primárias e não contar com a presença carinhosa e constante da mãe, ou de alguém que a substitui, torna-se ansiosa e, por isso mesmo, mais dependente, com medo de perder a proteção de que necessita. O segundo período crítico ocorre à altura dos dois a três anos. É a época em que se faz maior pressão para que a criança assuma atitudes diferentes das anteriores. Que faça certas coisas em locais adequados e sem a presença física da mãe, que tome certas atitudes mais independentes. Mas ao mesmo tempo é confirmada e exigida a dependência à mãe. A ansiedade gerada por esses procedimentos ambíguos produz na criança maior necessidade de dependência (Hamachek 1979, pg. 153-154).

De todo modo, é muito comum o costume de os pais, ou outras pessoas responsáveis pelas crianças, martelarem seus ouvidos com o insistente conselho de que elas precisam ser obedientes. E até prometem uma premiação vinda de Deus ou ameaçam com os castigos do Pai do Céu. Ou, com o pretexto de que são indefesas, superprotegem a criança, impedindo-a de adquirir confiança em si mesma e aprender a ser independente. Com muita frequência, com o objetivo de fazerem a criança "boazinha", reforçam com prêmios as condutas dependentes e castigam as condutas independentes. Crianças educadas com os exageros da superproteção, ou com seu oposto, a omissão, têm toda a probabilidade de se tornarem adultos dependentes.

Todos concordam que se fixar em condutas dependentes tem muito a ver com o relacionamento dos pais, sobretudo da mãe, com a criança. A mãe que submete o filho a rígidos horários de nutrição pode estar criando nele motivação de dependência. Foi o que revelou uma pesquisa conduzida por R.R. Sears, E.E. McCoby e H. Levin (De Beni 1978). A relação mãe-filho é condição determinante de maturação psíquica e social da criança. Se for uma relação marcada pela superproteção, que sufoca o desenvolvimento da autonomia, a criança orientará sua evolução para a dependência. Um ambiente familiar carente de afeto e carinho é igualmente propício ao desenvolvimento da dependência, visto que a criança se sente insegura. A insegurança leva a criança a refugiar-se na dependência para não perder a proteção dos genitores.

Outro fator de condutas dependentes é uma educação controladora. Esta gera na criança medo de correr risco e tomar iniciativa e a conseqüente instauração de estruturas personalógicas defensivas. Uma forma de evitar tal educação distorcida é promover uma educação para a autonomia existencial.

4 — AUTONOMIA EXISTENCIAL

Autonomia existencial significa capacidade de autodeterminar-se. Zavalloni consigna, como elementos essenciais da autodeterminação, a volição, a consciência, a espontaneidade e o eu.

Os comportamentos humanos podem ter duas origens: os instintos e a volição. Dos instintos derivam-se os comportamentos impulsivos. Da volição, os comportamentos racionais e autônomos. Volição é a capacidade intelectual que o homem tem de autodeterminar-se. Pela inteligência o homem eleva-se dos níveis inferiores aos superiores da existência, que são a racionalidade e a liberdade. Não há liberdade sem inteligência. Escreve Wyatt: "A vontade é livre na proporção em que a inteligência dirige a volição" (cit.

por Zavalloni, pg. 264). O ato voluntário é primeiro concebido na mente e depois executado. "A inteligência, sem volição, é impotente; mas, a volição, sem inteligência, é impossível" (Zavalloni 1968, pg. 264). Assim, inteligência e vontade estão sempre presentes nos atos voluntários e deliberativos do ser humano.

Isso nos leva à consciência. Não há autodeterminação sem que o educando tome consciência de sua capacidade de deliberar, tomar decisões e fazer escolhas, de autodirigir-se. Ninguém nasce praticando sua liberdade psicológica. Mas nasce com o poder de ser psicologicamente livre. Compete à educação transformar cada pessoa do poder-ser-livre em ser-de-fato-livre. "O poder, ressalta May, se movimenta em direção a sua própria realização" (May 1974, pg. 90). A dinâmica do desenvolvimento psicológico da criança encaminha-a para se tornar um adulto psicologicamente livre. É o autoritarismo dos adultos, não deixando a criança se expressar com espontaneidade, que impede esse desenvolvimento saudável. Importa conscientizar o educando de seu ser-livre como um valor essencial à sua dignidade de pessoa. A consciência desse poder-ser-livre dar-lhe-á a convicção de sua singular importância no plano interpessoal. Refiro-me à convicção interior que, apesar dos condicionamentos limitadores do meio, a pessoa é cônica de que é psicológica e espiritualmente livre. Tem razão Zavalloni ao afirmar que "tanto mais livre é o homem, quanto mais consciente for de sua decisão" (Ibidem, pg. 243). Sem consciência não há deliberação e escolha verdadeiramente livre.

A autodeterminação pressupõe também a espontaneidade. Espontaneidade significa ausência de movimentos mecânicos, forçados, feitos porque não há outro jeito. Positivamente, significa presença de iniciativa pessoal, atividade própria, comportamento oriundo de um movimento interior a despeito da estimulação exterior adversa, desembaraço na manifestação ou pensamentos e sentimentos próprios.

Por isso a autodeterminação tem como sujeito o eu. O eu é o sujeito dos atos voluntários e o controlador dos atos impulsivos. Comanda as decisões, as escolhas, as determinações, as reações. Albert Dondeyene afirma: "É precisamente este poder de autodeterminação ativa que sempre se chamou liberdade. O homem é livre na medida em que é capaz de se determinar a si mesmo a agir ou não agir, a agir dessa ou daquela maneira" (Dondeyene 1948). Um ato para ser livre não é produto apenas de fatores fisiológicos e ambientais. Ele resulta principalmente da intervenção ativa do eu.

A autonomia existencial é precisamente a capacidade para a autodeterminação. Não é a liberdade de indiferença, um querer sem motivos, existente apenas em personalidades desencarnadas,

abstratas. É a liberdade de escolhas, a capacidade de deliberar, decidir e executar, existente em personalidades concretas, limitadas pelos condicionamentos biológicos, físicos e sócio-culturais, porém conscientes do seu poder de decisão. Autonomia existencial não é ausência total de determinismos, mas é capacidade de superá-los o mais possível, de tomar decisões e fazer escolhas livres, pensar e sentir livremente, a despeito dos determinismos e constrangimentos inevitáveis.

Ser existencialmente autônomo não é rebelar-se por mero capricho contra qualquer lei, mas ser cônico de lei a que obedece e assumir criteriosamente as conseqüências por determinação da sua própria vontade e não por vontade dos outros aos quais não tem coragem de se opor. A pessoa livre deve ter a coragem de se opor quando a oposição for um imperativo de sua consciência clarividente e discernente.

Tem autonomia existencial a pessoa que, nos momentos de conflitos, é capaz de escolher uma de várias alternativas, mesmo que tenha de sofrer. Ou não escolher alternativa nenhuma, o que é também uma alternativa. O essencial é que a escolha, ou a não-escolha, seja determinada por um ato soberano e voluntário do sujeito. O homem, como ser histórico-espacial, vê-se continuamente diante de alternativas conflitantes. Saber sair de tais situações de conflito implica um ato corajoso de liberdade psicológica ou autonomia existencial. Quem é capaz de decidir em tais circunstâncias supera com facilidade as frustrações e inibições.

Há pessoas que comumente são incapazes de expressar publicamente seus pensamentos, sentimentos e propósitos. Sentem acanhamento ou medo de se exporem. Essas pessoas não são existencialmente autônomas. São-no quando, caso seja necessário, expressam, responsável mas desimpedidamente, seus pensamentos, sentimentos e propósitos, sem prejudicar, claro está, a si mesmas, os outros ou a comunidade. Não fogem das conseqüências de sua tomada de posição.

É uma pessoa sem defesas internas. Abertas às exigências do meio e da sociedade, mas assumindo atitudes construtivas, independentes, sem passividade. Tem domínio de si mesma e suficiente independência no seio do grupo social. Colabora sem ser submissa. Toma iniciativas reformistas sem ser impositiva.

É uma pessoa que dispõe de si mesma, embora leve em conta as circunstâncias exteriores, mantenha-se aberta à comunicação e ao diálogo com os outros. É ciente de que sua autonomia tem limites impostos pelo mundo circunjacente. Mas esses limites não a impedem de agir com independência diante de qualquer evento ou com

relação a qualquer pessoa. É na ação independente, mau grado as limitações circundantes, que consiste a existência autêntica. Vêm a propósito estas palavras de Charles Malik: "É certo que, existindo autenticamente, sou tanto mais livre quanto sou eu mesmo; quando posso suportar ser só, sem me rebelar, quando sou um indivíduo em oposição ao mundo inteiro, realizando as minhas possibilidades, não importa quão limitadas elas sejam, incluindo a maior de todas as limitações — a minha morte. A autêntica existência, no sentido heideggeriano, é a própria liberdade" (Malik 1967, pg. 214-215).

A autonomia existencial permite à pessoa auto-realizar-se. Só pode considerar-se existencialmente autônoma a pessoa que de fato, concretamente, transforma-se na pessoa que é e pode ser. É si mesma. É si mesma, de forma concreta, quando pensa, sente e age de conformidade com sua interioridade, sua intencionalidade, sua consciência. Quando o centro de suas decisões é seu eu e não as conveniências dos outros, embora preste atenção, para deliberar, decidir e executar, nas circunstâncias contextuais. Incluída nesse procedimento está a noção de liberdade como capacidade de se fazer não só o que se quer, mas também o que se deve. Lynch recorda que o homem é um ser-a-ser-criado (Lynch 1967). Essa criação, esse tornar-se inclui como elementos essenciais o poder-ser e o dever-ser. E o homem tem direitos e deveres oriundos não só de sua natureza humana singular, mas igualmente de sua natureza social. Tem direitos e deveres não só ontogênicos, mas igualmente sociogênicos. Sua auto-realização só acontece, de forma satisfatória, quando direitos e deveres são vividos como identidade individual e como engajamento nas necessárias transformações sócio-culturais. Ou seja: o homem só se realiza como existência autêntica quando, conservando sua identidade pessoal, participa ativamente da vida de sua comunidade como agente transformador. Por isso autonomia existencial não é apenas libertação de si mesmo, é de igual modo libertação coletiva.

Uma existência autenticamente autônoma inclui, por isso mesmo, a coragem de responsabilizar-se pelas posições assumidas. "Ser-responsável é a essência da humana existência", adverte Frank (1962, pg. 214). Com efeito, a existência humana, para ser significativa, precisa ser entendida como uma tarefa a realizar, em benefício da comunidade. Não realizá-la é privar a comunidade de algum bem. É comprometer a própria existência e a dos outros. Mas realizar ou não a tarefa existencial é uma decisão pessoal de cada um. Nisto se radica a responsabilidade: fazer da própria existência uma tarefa realizável para o próprio desenvolvimento e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Transformar crianças e adolescentes em pessoas verdadeiramente autônomas é um ótimo objetivo para a educação.

BIBLIOGRAFIA:

- 1 Marcel, Gabriel: *Homo Viator — Prolégomènes à une Métaphysique de l'Espérance*, Paris, Aubier, 1944.
- 2 Jolivet, Régis: *As doutrinas Existencialistas*, Porto, Tavares Martins, 1957.
- 3 Verneaux, Roger: *Filosofia do Homem*, S. Paulo, Duas Cidades, 1969.
- 4 Zavalloni, Roberto: *A Liberdade Pessoal*, Petrópolis, Vozes, 1968.
- 5 Sciacca, Miguel F.: *O Problema de Deus e da Religião na Filosofia Contemporânea*, Rio de Janeiro, Agir, 1956.
- 6 Nuttin, Joseph: *Teoria da Motivação Humana*, S. Paulo, Loyola, 1983.
- 7 Guenther, Zenita e Combs, Arthur W.: *Educação de Pessoas*, B. Horizonte, UCMG/FUMAC, 1980.
- 8 McDavid, John W. e Harari, Herbert: *Psicologia e Comportamento Social*, Rio de Janeiro, Interciência, 1980.
- 9 De Beni, Michele: *Comportamento dependente — Contributi per una Concettualizzazione Orientamenti Pedagogici* 146 (2) : 269-280; 147 (3) : 474-491, 1978.
- 10 Hamacheck, Don E.: *Encontros com o Self*, Rio de Janeiro, Interamericana, 1978.
- 11 May, Rollo: *Poder e Inocência*, Rio de Janeiro, Artenova, 1974.
- 12 Dondeyene, Albert: "Approches du mystère de la liberté", *Révue Intern. de Philosophie*, 16 (1948) : 23-44.
- 13 Malik, Charles: *A Metafísica da Liberdade*, in Diversos: *A Liberdade e o Homem*, Petrópolis, Vozes, 1967.
- 14 Ronco, Albino: *Introduzione alla Psicologia*, I — *Psicologia Dinâmica*, 2.^a ed. Roma, LAS, 1976.
- 15 Lynch William F.: *Para que a liberdade seja humana*, in Diversos — *A Liberdade e o Homem*, Petrópolis, Vozes, 1967.
- 16 Frankl, Viktor E.: *Teoria e Terapia delle Neurosi*, Brescia, Morcelliana, 1962.